

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 796.546 - GO (2015/0255858-7)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : LEANDRO CÉSAR AZEVEDO MARTINS E OUTRO(S) -
GO026634
AGRAVANTE : SELMA REGINA DO CARMO BORGES
ADVOGADOS : LUCIANO MONTEIRO LIMA E OUTRO(S) - GO020144
DIOGO CAMPOS VIEIRA - GO023869
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/1973). RETORNO DOS AUTOS APÓS O CANCELAMENTO DO TEMA 935/STJ. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. NECESSIDADE. QUESTÃO PACIFICADA PELA CORTE ESPECIAL DESTE STJ. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por SELMA REGINA DO CARMO BORGES contra decisão da Vice-presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que deixou de admitir o recurso especial ao fundamento essencial de que:

“[...] a recorrente não indica, com precisão, o artigo ou artigos de lei federal que, na decisão recorrida, a seu ver, foram objeto de interpretação divergente. Para que justifique a interposição é necessário que esta se refira a determinada norma de direito federal. Não havendo demonstração nesse sentido, ocorre falta de fundamentação, o que determina a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.” (e-STJ fl. 586).

Em suas razões de agravo em recurso especial, a agravante limita-se a repisar integralmente os fundamentos do apelo nobre inadmitido (e-STJ fls. 600/626).

Contraminuta ao agravo às e-STJ fls. 708/709.

Distribuídos os autos à minha relatoria, determinei a sua devolução ao Tribunal de origem para que o recurso especial de BANCO DO BRASIL permanecesse suspenso até o julgamento definitivo por esta Casa do Recurso Especial n.º 1.537.994/RS/GO, vinculado ao Tema 935/STJ, nos termos do art. 543-C, *caput* e § 1º, do do Código de Processo Civil/1973 (e-STJ fls. 715/716).

Manejado agravo regimental por SELMA, a Terceira Turma deste STJ negou-lhe provimento (e-STJ fl. 749).

Contudo, houve cancelamento do referido Tema 935/STJ, sendo assim a Corte local determinou o retorno dos autos a este Superior Tribunal de Justiça (e-STJ fls. 1.801/1.802).

Os autos retornaram-me conclusos para julgamento (cf. e-STJ fl. 1.809).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso (manejado contra decisão publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105/2015) será realizado com base nas normas do CPC/1973 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. (cf. Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Ato contínuo, o recurso não merece ser conhecido uma vez que a parte esquivou-se do ônus que lhe competia, qual seja, a impugnação efetiva e específica da decisão de admissibilidade proferida pelo Tribunal *a quo*.

Com efeito, a agravante limitou-se a repisar as razões do apelo nobre inadmitido.

A propósito, a Corte Especial deste STJ pacificou o entendimento no sentido da necessidade de a parte recorrente, em agravo em recurso especial, impugnar especificamente todos os fundamentos de inadmissibilidade do recurso especial.

Isso porque, a decisão de inadmissibilidade do recurso especial não é formada por capítulos autônomos, mas por um único dispositivo, o que exige

sua impugnação total. Vejamos:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal.

Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC. 5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 831.326/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018,

DJe 30/11/2018, grifei).

Destarte, a falta de ataque específico à decisão agravada acarreta o não conhecimento do recurso, a teor do que dispõe o artigo 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do STJ.

"Art. 253. [...]

***Parágrafo único.** Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério Público no prazo de cinco dias, o relator poderá:*

***I** - não conhecer do agravo inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida".*

Nessa medida, a pretensão recursal não merece amparo.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do STJ, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator